

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

DESESQUECIMENTOS NA TOPONÍMIA URBANA:
A DISPUTA DE MEMÓRIA ENTRE CORONEL MOREIRA CÉSAR
E O ATOR PAULO GUSTAVO

MARIA ALICE NEVES LEITE

NITERÓI
2025

MARIA ALICE NEVES LEITE

DESESQUECIMENTOS NA TOPONÍMIA URBANA:
A DISPUTA DE MEMÓRIA ENTRE CORONEL MOREIRA CÉSAR
E O ATOR PAULO GUSTAVO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal Fluminense, como
requisito para o recebimento do título de
Bacharelado em Produção Cultural.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Lúcia Silva Enne

NITERÓI

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

L533d Leite, Maria Alice Neves
DESESQUECIMENTOS NA TOPONÍMIA URBANA : A DISPUTA DE MEMÓRIA
ENTRE CORONEL MOREIRA CÉSAR E O ATOR PAULO GUSTAVO / Maria
Alice Neves Leite. - 2025.
55 f.: il.

Orientador: Ana Lúcia Silva Enne.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social,
Niterói, 2025.

1. Memória. 2. Paulo Gustavo. 3. Coronel Moreira César. 4.
Produção intelectual. I. Silva Enne, Ana Lúcia,
orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD - XXX



COORDENAÇÃO DE
PRODUÇÃO CULTURAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao dia **dezessete de julho do ano de dois mil e vinte e cinco**, às **dez horas**, realizou-se a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado **DESESQUECIMENTOS NA TOPONÍMIA URBANA: A DISPUTA DE MEMÓRIA ENTRE CORONEL MOREIRA CÉSAR E O ATOR PAULO GUSTAVO**, apresentado por **Maria Alice Neves Leite**, matrícula **220033077**, sob orientação do(a) **Dra. Ana Lúcia Silva Enne**. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

1º Membro (Orientador(a)/Presidente): **Dra. Ana Lúcia Silva Enne**

2º Membro: **Dra. Maria Teresa Mattos de Moraes**

3º Membro: **Dr. Marildo José Nercolini**

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):



Aprovado



Reprovado

Com nota final após arguição: 10,0 (dez)

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:



Documento assinado digitalmente
ANA LUCIA SILVA ENNE
Data: 17/07/2025 11:45:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Ana Lúcia Silva Enne
Presidente da Banca

“Um povo que não conhece sua história, está fadado a repeti-la.”

Edmund Burke

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à minha avó Maria José, o grande amor da minha vida, que me ensinou e segue ensinando, mesmo longe, sobre a importância da preservação da memória.

Ao meu pai Joel, que sempre me deu todo apoio do mundo, mas em especial quando decidi trocar de área e cursar Produção Cultural. Meu pai sempre foi uma referência de cultura e afeto para mim.

Muitas mãos me ajudaram a construir esse trabalho e gostaria de agradecê-las publicamente.

Um agradecimento super especial à Isabella, minha companheira e melhor amiga. Obrigada por não soltar a minha mão, por estar presente desde o início da construção deste trabalho, e por me fazer enxergar o melhor em mim. Foi lindo construir essa graduação ao seu lado, e ainda mais lindo é seguir construindo a vida.

À minha prima/irmã Betinha, Tia Martinha, Daniel e Vitória, vocês me inspiram.

À Ana querida, minha orientadora, por todo acolhimento e afeto durante este processo que com toda certeza não seria tão especial sem você.

À minha família do coração, Rayan, Vó Margarida, Tio Robson, Luan, Carmen Lúcia e Tia Lu por todo suporte e apoio.

À família linda que me acolheu com tanto afeto: Andrea Penna, Vó Lila e Vó Bibi.

Aos meus amigos: Júlio César, Larissa, Matheus, Ihoranne, Leandro, Douglas e Cabral, amigos de vida, ensino médio e faculdade.

À banca composta por Tetê Mattos e Marildo Nercolini, professores tão especiais que marcaram esses anos de UFF.

À minha chefe Vanessa Damasco, minha referência máxima na Produção Cultural.

Aos entrevistados que gentilmente dispuseram de seu tempo e conhecimento para a contribuição deste trabalho.

À UFF e a todos os professores do curso de Produção Cultural que me possibilitaram trocar e aprender tanto sobre a profissão que escolhi.

RESUMO

Este trabalho explora as disputas de memória em torno da renomeação de ruas, com foco no caso da mudança da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo, em Niterói. A pesquisa aprofunda a fundamentação teórica sobre memória, identidade e território no contexto urbano, analisando a legislação e os embates políticos da reavaliação de homenagens por meio de entrevistas com atores sociais-chave e análise documental. Evidencia-se como a produção cultural atua como agente de transformação nessas disputas, revelando as diferentes perspectivas e interesses envolvidos e a importância da participação pública para uma toponímia que reflita a diversidade e os valores da comunidade. Os resultados demonstram que o processo de renomeação não apaga a história, mas a ressignifica, trazendo à tona debates cruciais sobre narrativas hegemônicas e a representação de legados. Conclui-se que o espaço público é um palco de lutas por identidade e representatividade, onde a reconfiguração da toponímia urbana espelha as aspirações de uma sociedade em constante transformação, convidando à reflexão sobre quais memórias são valorizadas e quais permanecem silenciadas.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Toponímia Urbana; Paulo Gustavo; Disputa.

ABSTRACT

This study explores memory disputes surrounding street renaming, focusing on the case of the change from Coronel Moreira César Street to Actor Paulo Gustavo Street in Niterói. The research delves into the theoretical foundations of memory, identity, and territory in the urban context, analyzing legislation and political clashes involved in re-evaluating tributes through interviews with key social actors and documentary analysis. It highlights how cultural production acts as an agent of transformation in these disputes, revealing the different perspectives and interests involved, and emphasizing the importance of public participation for a toponymy that reflects the community's diversity and values. The results demonstrate that the renaming process does not erase history but re-signifies it, bringing crucial debates about hegemonic narratives and the representation of legacies to the forefront. It concludes that public space is an arena for identity and representativeness struggles, where the reconfiguration of urban toponymy mirrors the aspirations of a society in constant transformation, inviting reflection on which memories are valued and which remain silenced.

Keywords: Memory; Identity; Urban Toponymy; Paulo Gustavo; Dispute.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Prédio da Polícia Central, antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).....	28
Imagem 2 – Estátuas de Paulo Gustavo e Dona Hermínia, sua personagem na franquía Minha Mãe é uma Peça.....	36
Imagem 3 – Placa da Rua Ator Paulo Gustavo.....	36
Imagem 4 – Montagem de fotos de três totens do Circuito Turístico Cultural Paulo Gustavo.....	37
Imagem 5 – Exposição sobre Paulo Gustavo no Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC).....	38
Imagem 6 – Tweet sobre a inauguração das estátuas de Paulo Gustavo, em Niterói.....	38
Imagem 7 – Tweet sobre a estátua de Paulo Gustavo, em Niterói.....	39
Imagem 8 – Tweet de Walkiria Nictheroy sobre a mudança de nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo.....	41
Imagem 9 – Tweet da Prefeitura de Niterói a respeito da mudança de nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo.....	42
Imagem 10 – Tweet manifestando opinião contrária à alteração do nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo.....	43
Imagem 11 – Sequência de tweets da Prefeitura de Niterói sobre a Consulta Pública para alteração do nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo.....	44
Imagem 12 – Tweet com opinião contrária à mudança do nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo.....	45
Imagem 14 – Tweet com a notícia da aprovação da mudança do nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo.....	46
Imagem 15 – Estátua do bandeirante Borba Gato em chamas após ato do coletivo Revolução Periférica.....	48
Imagem 16 – Movimento Mil placas para Marielle.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO.....	15
CAPÍTULO 2 - MEMÓRIA, NOMEAÇÃO E PODER SIMBÓLICO.....	24
CAPÍTULO 3 - A MEMÓRIA EM DISPUTA NO ESPAÇO URBANO: O CASO DA RUA CORONEL MOREIRA CÉSAR AGORA, RUA ATOR PAULO GUSTAVO.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

Quantas histórias se escondem nos nomes das ruas por onde passamos diariamente e sobre as quais nunca nos perguntamos? A memória coletiva de uma sociedade está diretamente ligada a esses espaços. Para este trabalho, nomes de ruas, estátuas e monumentos não são apenas identificadores geográficos, mas vozes de quem fomos e de quem aspiramos ser. No entanto, essas vozes nem sempre falam a mesma língua. O reconhecimento e a homenagem a uma figura podem gerar disputas e controvérsias, revelando tensões sobre quais legados devem ser celebrados, quais devem ser silenciados, e quais, por vezes, precisam ser reescritos. Como Chimamanda Ngozi Adichie (2009) pontua em sua palestra *O perigo de uma história única*: “Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar”. Essas disputas são especialmente evidentes em contextos de mudanças sociais e políticas, onde diferentes grupos buscam afirmar suas narrativas e identidades. É nesse campo de intensas disputas que a história se reinventa, reconfigurando espaços e narrativas.

Meu interesse pela memória não é algo recente. Desde a infância, com tardes inteiras passadas ouvindo as histórias da minha avó Maria, com quem partilho o nome, cada ruga, das mãozinhas ao rosto, sempre foram, para mim, um mapa de memórias. Cada história, uma ponte viva entre um passado que parecia tão distante e, ao mesmo tempo, tão vívido. Foi então que a fotografia entrou em minha vida, não apenas como hobby, mas como um meio de eternizar aqueles momentos que eu tinha com a minha avó, na esperança de que, em um futuro no qual ela já não estivesse mais presente, eu pudesse me lembrar dessas histórias ao ver as fotos. E foi por essa relação com a imagem como registro pessoal e afetivo da memória que fiz questão de que a maior parte das fotografias presentes neste trabalho fossem tiradas por mim. Essa percepção da memória como uma força viva, pulsante e capaz de conectar gerações e tecer futuros, pavimentou, sem que eu soubesse, o caminho para a minha trajetória acadêmica em Produção Cultural.

Foi dentro desse contexto que o que inicialmente parecia ser apenas mais um trabalho acadêmico acabou se transformando no tema da minha conclusão de curso. A escolha desta temática ocorreu logo no início da minha graduação, ainda na pandemia, durante a disciplina “História do Patrimônio Cultural”, ministrada pela professora Marina Frydberg. Um dos trabalhos propostos pela disciplina era discutir como as questões políticas e socioeconômicas da pandemia interferiam na disputa entre memórias subterrâneas e memórias dominantes, utilizando como exemplo uma rua famosa de Niterói, onde houve a troca de nome para

homenagear o ator Paulo Gustavo, falecido em decorrência de complicações da COVID-19, no ano de 2021.

Ao longo da pesquisa, me aprofundei nas disputas envolvidas num ato aparentemente tão “simplório”, que quase beirava o comum, a mudança de nomes de ruas. Compreendi que, para além de uma decisão administrativa, o ato de renomear uma rua é repleto de significados simbólicos e políticos, capaz de refletir e moldar a identidade e a memória coletiva de comunidades. Esse estudo despertou em mim o desejo de aprofundar a pesquisa, com o objetivo de estimular, em todos que tivessem acesso a ela, o questionamento e o desejo de compreender quem são as pessoas que vemos sendo representadas e de certa forma homenageadas, na nossa sociedade.

Este trabalho tem como objetivo explorar as disputas de memória em torno da troca de nomes de ruas, com ênfase no caso que gerou grande debate no ano de 2021, que foi a mudança do nome da então Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo, no bairro de Icaraí, situado na Zona Sul de Niterói. Através de uma análise detalhada, busco evidenciar as diferentes perspectivas e interesses envolvidos nesse processo, bem como a importância de uma participação pública que represente verdadeiramente a população local, sob a ótica da Produção Cultural como agente de transformação.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo aprofunda a fundamentação teórica, explorando as relações entre memória, identidade e território no contexto urbano, e como esses elementos são constantemente negociados e disputados no espaço e no tempo, alinhando-se com a compreensão da memória como campo de batalha. No segundo capítulo, abordo a dimensão do poder simbólico na nomeação de logradouros, analisando a legislação e os embates políticos em torno da reavaliação de homenagens. Para enriquecer esta análise, foi realizada uma entrevista via *Google Meet* com o Deputado Federal Tarcísio Motta, do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, autor da Lei 7.658/2022 no Rio de Janeiro, que possibilita a troca de nome de logradouros que rendam homenagens a nomes ligados à escravidão, tortura e outras práticas opressivas. Por fim, o terceiro capítulo dedica-se ao estudo de caso central, a renomeação da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo em Niterói. Serão detalhadas as figuras envolvidas na disputa, o processo de debate público local e a atuação da ex-vereadora Walkiria Nictheroy (ex-Partido Comunista do Brasil – PCdoB), entrevistada para este estudo via *Google Meet*, responsável pela proposição da troca. Além disso, estabeleço paralelos com outras disputas de memória, evidenciando o papel crucial da Produção Cultural na ressignificação desses espaços e na afirmação de novas narrativas.

Ao longo deste trabalho, pretendo ressaltar a importância de um processo participativo e democrático na escolha dos nomes de ruas, de modo a garantir que as homenagens reflitam a diversidade e os valores da comunidade local. A participação pública é essencial para assegurar que as decisões sobre a memória sejam inclusivas e representativas, promovendo um sentido de pertencimento e identidade compartilhada. A renomeação é mais do que uma simples mudança de placa, mas uma disputa simbólica pelo espaço público e pela memória coletiva.

CAPÍTULO 1 - MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

A memória, enquanto objeto de estudo, apresenta uma complexidade intrínseca que desafia pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Sua abrangência não se limita apenas ao armazenamento e recuperação de informações passadas, mas envolve processos cognitivos, emocionais e sociais que influenciam a maneira como as experiências são codificadas e evocadas. Tem um papel vital dentro da constituição de tecidos sociais, mantendo viva a essência de comunidades, assegurando que tradições e valores sejam não só resguardados, mas também honrados e transmitidos.

Silveira destaca que: “[...] a memória está presente em tudo e em todos. Nós somos tudo aquilo que lembramos; nós somos a memória que temos” (Silveira, 2010, p.73 apud Kajimoto; Gerbasi; Cavalcante, 2014). Em suas diversas dimensões, na esfera social, a memória se apresenta como um campo dinâmico, onde ocorrem lutas políticas e negociações identitárias.

Ou seja, ela é a base sobre a qual histórias são contadas e recontadas, memórias são visibilizadas ou invisibilizadas, identidades são construídas ou reconstruídas, e culturas são preservadas e transformadas. Através da memória, indivíduos e comunidades negociam significados, estabelecem laços de pertencimento e navegam pelo complexo tecido das relações sociais.

Zilberman afirma que

Memória constitui, por definição, uma faculdade humana, encarregada de reter conhecimentos adquiridos previamente. Seu objeto é um “antes” experimentado pelo indivíduo, que o armazena em algum lugar do cérebro, recorrendo a ele quando necessário. Esse objeto pode ter valor sentimental, intelectual ou profissional, de modo que a memória pode remeter a uma lembrança ou recordação; mas não se limita a isso (Zilberman, 2006, p.117).

Seguindo a lógica de Pierre Bourdieu (1989), a memória transcende a noção de uma entidade estática, emergindo como o resultado de um processo dinâmico e ativo de interpretação e reinterpretação. Este processo é profundamente influenciado por fatores internos, como emoções e crenças, que podem ser entendidos como parte do *habitus*, um sistema de disposições duráveis e transponíveis que orientam a percepção e a ação dos indivíduos, mas também por fatores externos, que incluem o contexto sociocultural e as dinâmicas de poder dentro dos diversos campos sociais. Neste sentido, a memória pode ser vista como um espaço de luta simbólica e resistência, onde diferentes formas de capital (cultural, social, simbólico) são mobilizadas pelos agentes sociais na constante negociação e contestação das versões da realidade. Assim, a memória atua não apenas como um repositório

de experiências passadas, mas também como um instrumento ativo através do qual os indivíduos e grupos sociais exercem influência, negociam posições e reivindicam legitimidade dentro da estrutura de poder da sociedade.

Este capítulo se debruça sobre a complexa teia de relações entre memória, identidade e território, explorando como esses elementos se entrelaçam de maneira profunda e significativa moldando a compreensão do indivíduo sobre si mesmo e o mundo ao seu redor. A análise detalhada revela que a memória não é apenas um repositório de experiências passadas, mas um elemento ativo que influencia constantemente a construção da identidade pessoal e coletiva. Da mesma forma, o território é entendido não apenas como um espaço físico, mas como um campo carregado de significados e memórias que contribuem para a formação da identidade. Este estudo busca desvendar as nuances dessa relação dinâmica, destacando como a interação entre memória, identidade e território desempenha um papel crucial na maneira como os indivíduos e as comunidades compreendem sua existência e narram suas histórias em um contexto globalizado e em constante transformação.

O sociólogo Maurice Halbwachs (1990) desenvolve sua análise sobre memória coletiva ampliando os conceitos elaborados por Henri Bergson (2010). Bergson aborda a memória a partir de uma perspectiva íntima e metafísica, destacando sua conexão com o inconsciente para conservar vivências anteriores. Ele examina a forma como a memória molda a percepção individual de tempo e existência. Halbwachs, por outro lado, utiliza a sociologia de Émile Durkheim como base teórica para ampliar o debate, propondo que a memória ultrapassa o âmbito do indivíduo. Sua concepção posiciona a memória como um fenômeno social, determinado pelas interações coletivas e contextos culturais que influenciam tanto a forma quanto o conteúdo das lembranças. Halbwachs destaca que a memória compartilhada é moldada dentro de grupos sociais, sendo resultado direto da interação entre fatores culturais, contextos espaciais e períodos históricos vivenciados coletivamente.

No estudo desenvolvido em *A Memória Coletiva* (1990), ele defende que a memória transcende a esfera individual, posicionando-se como um fenômeno essencialmente social. Para o autor, as vivências pessoais são continuamente influenciadas pelo ambiente social em que os indivíduos estão inseridos. Além disso, Halbwachs reforça a memória coletiva como um fator imprescindível para a construção da identidade grupal, uma vez que a maneira como um coletivo resgata e interpreta seu passado desempenha papel fundamental na definição de sua coesão e autocompreensão. Além disso, Halbwachs observa que o passado é reinterpretado a partir das necessidades do tempo presente e não apenas como um fato fixo,

indicando que as lembranças não são estáticas, mas sim dinâmicas e moldadas por novas circunstâncias e contextos.

O autor acrescenta ainda que a memória tem 3 grupos de trabalhos, sendo o primeiro a acomodação e assimilação, que ocorre quando os indivíduos ajustam suas memórias e experiências para se alinharem com as narrativas coletivas do grupo, modificando suas recordações pessoais para que façam sentido no contexto social e cultural em que estão inseridos. Como Halbwachs (1990, p. 34) afirma, “a memória é social e, por isso, deve ser analisada em seu contexto coletivo”. Essa dinâmica entre acomodação e assimilação destaca a complexidade da memória como um fenômeno coletivo, essencial para a coesão social.

O segundo grupo sugerido por Halbwachs é a mudança e o esquecimento, que são fundamentais para entendermos como a memória coletiva se desenvolve e se transforma ao longo do tempo. A mudança refere-se ao fato de que as memórias são moldadas por novas experiências e interpretações, levando a uma constante reavaliação do que é considerado importante para um grupo. As narrativas coletivas podem ser adaptadas para refletir novas realidades e valores, alterando a forma como indivíduos e grupos se veem e se conectam com o passado. Por outro lado, temos o esquecimento, que é importantíssimo nessa dinâmica. O autor destaca que certos eventos podem ser relegados ao esquecimento por diversas razões, como a falta de relevância social ou mudanças nas prioridades culturais. Ele afirma que “o que se esquece não é apenas uma ausência, mas também uma escolha social” (1990, p. 67), enfatizando que o esquecimento pode ser um reflexo das dinâmicas sociais em jogo.

E, por fim, o terceiro grupo é a hierarquização e legitimação do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Aqui, Halbwachs (1990) refere-se ao processo em que certas memórias são consideradas mais importantes ou relevantes do que outras, influenciadas por fatores sociais, culturais e políticos. O autor argumenta que “a memória coletiva é moldada por hierarquias que refletem as dinâmicas de poder na sociedade” (p. 56), destacando que eventos históricos reconhecidos oficialmente, através do que chamamos de “memória oficial”, tendem a ser lembrados. Por outro lado, a legitimação está relacionada ao reconhecimento e à validação que determinadas memórias têm. Esse processo é influenciado por instituições sociais, como a educação, a mídia e a política, que determinam quais narrativas são lidas como “oficiais”. Halbwachs observa que “a legitimação é essencial para a construção de uma identidade coletiva,” porque as memórias reconhecidas e valorizadas moldam a percepção que os grupos têm de si mesmos e de seu passado.

Michael Pollak, em suas obras *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989) e *Memória e Identidade Social* (1992), aprofunda a discussão sobre a memória coletiva, apresentando-a

como uma construção dinâmica que reflete as necessidades e interpretações do presente. Ele propõe que a memória desempenha um papel duplo, atuando como meio de preservação das identidades e simultaneamente como um mecanismo de poder. Pollak também explora como o esquecimento e o silêncio são estrategicamente manipulados para alterar a formação das narrativas históricas, influenciando diretamente o modo como as comunidades constroem e articulam suas identidades.

Pollak (1989) propõe uma visão da memória como uma tríade, entrelaçada com os acontecimentos, personagens e lugares que formam o tecido da nossa história coletiva. Esta tríade é dinâmica e moldada por escolhas deliberadas sobre quais eventos são maximizados ou minimizados, quais personagens serão trazidos para o primeiro plano ou relegados ao esquecimento, e quais locais são celebrados como marcos históricos ou omitidos da narrativa coletiva. Essas decisões não são meramente estéticas ou narrativas. Elas refletem as correntes subjacentes de poder, valor e conflito dentro da sociedade, revelando quem tem a autoridade para moldar a memória coletiva e, por extensão, a identidade coletiva.

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural (Pollak, 1989, p.11).

Pollak (1989) aprofunda sua análise ao examinar a relação entre memória e identidade, argumentando que a identidade é uma construção social, uma imagem de nós mesmos que projetamos para os outros, mas que, para ser eficaz e ressonante, essa imagem precisa ser ancorada em elementos concretos e tangíveis: físicos, espaciais, temporais e territoriais. Esses elementos não apenas fornecem a estrutura necessária para a continuidade e a coerência da identidade individual e coletiva, mas também definem o “palco” para a pertença e a exclusão.

Partindo dessas premissas, podemos observar que é essencial, para entender o processo pelo qual se caracteriza a formação da identidade na sociedade contemporânea, o papel da globalização como fator ativo na elaboração dessas identidades. Silveira (2010, p. 68) explica que: “A partir da década de 1960, conceitos como memória, discurso identitário e identidade social (seja esta individual ou coletiva) se tornaram aportes indispensáveis para explicar as relações humanas na contemporaneidade”. Desse modo, percebe-se que a identidade se cria, não apenas de um “eu” verdadeiro e único, mas sim de diálogos sobre os conceitos, definições e práticas que acabam sendo representadas por nós mesmos, pela nossa

cultura e pelo nosso desejo de responder aos significados e de assumir a posição constituída por nós e para nós no mundo em que vivemos.

Para o sociólogo Castells (1999, p.22),

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de identidade com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social.

A memória, pode-se dizer assim, permite que o indivíduo tenha uma identidade. Ela é responsável por “emprestar” voz e substância às narrativas históricas, permitindo que o passado seja compreendido e valorizado.

Andreas Huyssen, em *Seduzidos pela Memória* (2000), amplia essa discussão ao examinar como a memória, especialmente em sua forma coletiva, tornou-se um campo de intensa disputa na contemporaneidade. O autor argumenta que a memória atua como um ancoradouro essencial para a identidade em um mundo marcado por rápidas transformações. Ele destaca a manipulação da memória como uma ferramenta que pode tanto fortalecer quanto distorcer a representação do passado, moldando assim as narrativas identitárias de forma a privilegiar determinadas visões em detrimento de outras.

Assim, podemos afirmar que a identidade é um ato nominal de quem possui o capital simbólico de nomeação por algumas razões. Primeiramente, a memória é uma construção ativa que serve para preservar e afirmar identidades e o ato de nomear é uma forma de exercer poder sobre essa construção. Em segundo lugar, a capacidade de nomear permite incluir ou excluir determinadas vozes e perspectivas na narrativa coletiva, configurando a identidade de acordo com os interesses de quem detém o poder de nomeação.

O pensamento central de Pollak (1989) é a distinção entre as memórias “oficiais”, aquelas sancionadas e perpetuadas pelas instituições dominantes, e as memórias “subterrâneas”, que existem à margem ou em oposição às narrativas oficiais. Pollak vê a imposição de uma memória unificada como uma forma de violência simbólica, uma vez que apaga e invalida as experiências e perspectivas de grupos marginalizados. Essa monopolização da memória é um instrumento de poder, alinhando-se estreitamente com o conceito de Pierre Bourdieu (1989) de capital simbólico, a capacidade de um grupo para impor sua visão do mundo como universal e legítima, exercendo assim controle sobre as percepções sociais da realidade.

Ao explorar essas ideias, Pollak nos desafia a considerar a memória como um campo de batalha ativo, onde diferentes grupos e indivíduos lutam para afirmar a validade de suas próprias histórias. Esta perspectiva nos obriga a reconhecer a pluralidade de memórias dentro de toda sociedade e a importância de uma abordagem mais inclusiva e representativa na construção da nossa história coletiva. Através deste prisma, Pollak não apenas contribui para a nossa compreensão da memória e identidade, mas também oferece uma compreensão valiosa sobre as formas como o poder e a resistência são exercidos e manifestados dentro do domínio da memória coletiva.

A memória constitui um processo intrinsecamente complexo, que abrange uma seleção cuidadosa, além de um enquadramento criterioso e uma lembrança seletiva. Dentro desse processo, operam múltiplas forças, tanto internas quanto externas, que influenciam ativamente a maneira como as memórias são formadas, mantidas e, eventualmente, alteradas ou perdidas. Entre essas dinâmicas, a manipulação política da memória emerge como um processo que reflete não apenas a capacidade dos poderes estabelecidos de moldar a percepção pública do passado, mas também destaca a importância de se manter vigilante e crítico em relação às narrativas históricas que são promovidas. A manipulação política das memórias, portanto, não é apenas um aspecto da governança ou da disputa pelo poder, é uma questão central para a compreensão da construção da identidade coletiva, da formação da consciência social e da luta pela verdade e justiça em sociedades marcadas por conflitos e transformações.

Ressaltar a complexidade inerente ao processo de memória é crucial, bem como a urgência de adotarmos uma postura consciente quanto ao seu uso, à reinterpretação e, em determinadas situações, à distorção das memórias por meio de agendas políticas estrategicamente orquestradas. Essas ações têm como objetivo final a manipulação da consciência coletiva e a validação de narrativas particulares. Tal processo não apenas sublinha a dinâmica da memória humana, mas também evidencia a capacidade de influência política sobre a construção e a perpetuação da história e das identidades coletivas. Portanto, é imperativo reconhecer e desvendar as camadas de complexidade que envolvem a memória, a fim de proteger a integridade da nossa percepção coletiva e assegurar uma representação mais plural do passado. Este entendimento serve como um lembrete da importância de se manter atento às diversas maneiras pelas quais o poder pode moldar, e muitas vezes distorcer, a realidade percebida, destacando a necessidade de uma análise crítica e contínua das narrativas que são construídas ao nosso redor.

Após termos aprofundado nossa compreensão sobre memória e identidade, é imperativo sublinhar a importância vital do território nessa interconexão. O território é, sem dúvida, um espaço repleto de múltiplas significações. Esses significados são construídos ao longo do tempo, através de eventos históricos, práticas culturais e interações sociais. O território funciona como uma âncora para a identidade e a memória, proporcionando um sentido de pertencimento e continuidade que é crucial para a coesão social. Ele é um componente indispensável na construção e preservação da identidade e memória coletiva, ancorando as experiências e narrativas que definem quem somos.

Essas ressignificações nos levam a criar diversas relações de pertencimento com o espaço, pois as transformações em nossa percepção do local afetam como nos identificamos com o território. Dessa forma, ao longo da vida, habitamos o mesmo lugar de diferentes maneiras, especialmente quando nos abrimos a novas experiências e exploramos diferentes perspectivas.

A complexidade da memória, enquanto objeto de estudo, se entrelaça com as noções de identidade e território, introduzindo o conceito de projeto. Sob essa perspectiva, Velho (1994) define o projeto como um instrumento central na negociação da realidade entre diferentes atores, seja no âmbito individual ou coletivo. Ele atua como meio de comunicação, permitindo a expressão e a articulação de interesses, sentimentos e aspirações de maneira que influenciam e moldam o mundo ao redor.

Gilberto Velho (1994), em sua análise das dinâmicas urbanas, oferece compreensões sobre como essas dimensões se manifestam nas cidades, espaços onde a memória coletiva e as identidades são constantemente negociadas e reconfiguradas. Ele observa que as cidades são palcos de interações sociais complexas, onde diferentes grupos disputam narrativas e significados, refletindo as lutas políticas e negociações identitárias mencionadas por Silveira (2010). Como Velho afirma, “as cidades são arenas de conflitos simbólicos, onde a memória coletiva é constantemente reinterpretada” (1994, p. 23). A obra de Velho complementa a análise de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva, ao destacar como as experiências urbanas são moldadas por interações sociais e culturais, enfatizando que a memória coletiva nas cidades é um fenômeno social, onde as lembranças são constantemente reinterpretadas à luz das necessidades e contextos presentes.

Para Velho (1994, p. 103):

A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmento de fatos e episódios separados. O passado, assim, é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória

articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações.

Essa perspectiva ressoa com a ideia de que a memória não é estática, mas sim um processo ativo de construção e reconstrução, influenciado pelas dinâmicas de poder e pelas relações sociais, explorando como o território urbano serve como uma âncora para a identidade, proporcionando um sentido de pertencimento e continuidade. Ele observa que, nas cidades, o território é um componente vital na construção da identidade coletiva, onde as experiências e narrativas se entrelaçam para definir quem somos. Essa visão se alinha com a ideia de que o território é um espaço carregado de significados, que contribui para a formação da identidade e da memória coletiva.

A partir das reflexões aqui apresentadas sobre memória, identidade e território, torna-se possível compreender como essas categorias se materializam nas disputas simbólicas travadas em torno da nomeação de logradouros. A teoria só ganha vida quando conseguimos enxergar como essas disputas se travam nos detalhes da cidade, nas ruas que cruzamos e nos nomes que dão sentido ao nosso cotidiano. Afinal, o nome de uma rua é muito mais do que uma referência espacial: é, também, um campo de memória, onde histórias se chocam, silêncios se impõem e resistências emergem.

E foi inspirada por essas dinâmicas que, nos próximos capítulos, mergulho em uma experiência concreta que ilustra, de maneira vívida, as tensões e negociações abordadas até aqui. O olhar se volta para Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e, em especial, para o processo de renomeação da antiga Rua Coronel Moreira César na atual Rua Ator Paulo Gustavo, uma mudança que mobilizou afetos, ativou memórias e revelou as estratégias de diferentes atores empenhados em intervir na narrativa coletiva da cidade. Para além da mudança de nomenclatura, o caso envolve intensos debates públicos e institucionais sobre a construção dos lugares de memória e os discursos que os legitimam.

No Capítulo 2, será apresentada uma análise da Lei 7.658/2022, construída a partir da entrevista via *Google Meet* com seu autor, o Deputado Federal Tarcísio Motta (PSOL)¹, abordando as relações entre legislação, memória e o poder do discurso.

Em seguida, o Capítulo 3 se debruçará sobre o estudo de caso da renomeação da Rua Ator Paulo Gustavo em Niterói, tomando como base a contribuição da Ex-Vereadora Walkiria Nictheroy (ex-PCdoB), figura central nesse processo e cuja perspectiva foi obtida por meio de entrevista realizada via *Google Meet*². Este capítulo examinará as estratégias adotadas

¹ A entrevista com Tarcísio Motta foi realizada em 23 de dezembro de 2024.

² A entrevista com Walkiria Nictheroy foi realizada em 1º de agosto de 2024.

pelos diversos atores envolvidos na disputa pela nomeação do logradouro. Dessa forma, busca-se revelar como a disputa pela memória em espaços urbanos reflete e reconfigura identidades coletivas, disputas políticas e a construção do território simbólico.

Ao destrinchar esse processo de embate pela memória e pelo direito à nomeação de um espaço urbano tão simbólico para Niterói, espero também contribuir para o debate sobre como nossas memórias são continuamente negociadas dentro e fora das placas que nomeiam nossas ruas.

CAPÍTULO 2 - MEMÓRIA, NOMEAÇÃO E PODER SIMBÓLICO

As ruas, praças, estátuas e monumentos que compõem a paisagem transcendem sua função meramente utilitária, configurando-se como autênticos palcos onde a história é incessantemente celebrada, silenciada ou, muitas vezes, contestada. Este capítulo se propõe a dissecar as complexas dinâmicas das disputas de memória nos logradouros públicos, articulando a experiência legislativa e a visão do Deputado Federal Tarcísio Motta (PSOL), à época vereador do município do Rio de Janeiro, com a base teórica que fundamenta a compreensão da memória como um campo de força e disputa. A análise da proposição da Lei 7.658/2022, que visava a ressignificação de nomes de ruas em homenagem a figuras ligadas à opressão, à tortura, à escravidão e à violação dos direitos humanos, servirá como eixo condutor para aprofundar as discussões sobre a natureza performática da memória, o poder intrínseco aos atos de nomeação e o papel da linguagem e dos símbolos na perpetuação e contestação das narrativas hegemônicas. Em última instância, o capítulo busca demonstrar como essas disputas moldam o imaginário coletivo e a identidade social.

A nomeação de logradouros públicos é uma prática social que, embora frequentemente percebida como rotineira e burocrática, carrega um profundo significado político e cultural. Ela transcende a simples identificação espacial para se configurar como um ato de consagração e perpetuação de certas narrativas e identidades no tempo e no espaço. Pierre Bourdieu, em *O Poder Simbólico* (1989), oferece uma visão analítica que é essencial para desvendar as complexas camadas dessa prática. Para o sociólogo francês, o poder simbólico não é uma forma de poder exercida pela coerção física, mas por meio da capacidade de “fazer ver e fazer crer, de fazer crer no que se faz, de dar a ver no que se crê” (p. 11). É um poder que se exerce por meio da produção de crenças, do reconhecimento e da legitimação, muitas vezes de forma imperceptível e com a cumplicidade daqueles que o sofrem.

Os nomes das ruas são criados como instrumentos de consagração simbólica, refletindo quem e o que merece ser lembrado coletivamente. Como destaca Bourdieu (1989), questionar e disputar esses nomes significa disputar o direito à narrativa, travando uma luta simbólica pela memória e pelos sentidos atribuídos ao espaço público. O autor explica que os poderes simbólicos possuem força justamente porque operam na construção de esquemas de percepção e apreciação da memória que acabam sendo aceitos como legítimos.

A nomeação de uma rua, nesse sentido, é um ato performático que confere existência social e legitimidade a uma figura ou evento. Ao batizar uma via com o nome de um

indivíduo, a sociedade ou, mais precisamente, as instituições e grupos que detêm o capital simbólico necessário operam uma “magia social” (Bourdieu, 1989, p. 121), transformando o nome em um símbolo reconhecido e, por conseguinte, fazendo “existir socialmente aquilo que ele designa”. Essa nomeação não é um mero rótulo, ela insere a figura homenageada no conjunto de crenças e valores tidos como evidentes e inquestionáveis da paisagem urbana e da consciência coletiva. A permanência do nome de um torturador ou escravocrata em uma rua é, assim, uma forma de violência simbólica porque ela naturaliza e silencia as atrocidades cometidas, integrando-as, de maneira insensível, ao cotidiano da população.

O ato de caminhar pela Rua Coronel Moreira César pode, para a maioria das pessoas, ser apenas uma indicação de trajeto, mas subjaz a essa prática uma consagração que legitima um passado de violência. Bourdieu ressalta que a luta pela memória é uma luta de poder, a “memória coletiva é fruto de uma permanente luta de classificação, de categorização, de esquecimento e de conservação, de canonização ou de exclusão.”

Essa naturalização da memória, inscrita nos espaços públicos, remete à análise de Karl Marx e Friedrich Engels em *A Ideologia Alemã*. Para eles, a ideologia não é um conjunto neutro de ideias, mas uma “falsa consciência” produzida pelas relações materiais de existência. As “ideias da classe dominante” são, em cada época, as “ideias dominantes” (Marx; Engels, 2007), pois a classe que controla os meios de produção material também controla os meios de produção intelectual e simbólica. Assim, os nomes de ruas que hoje celebram torturadores ou escravocratas não são acasos, são o resultado de um processo histórico em que as classes e grupos dominantes, detentores do poder político e econômico, impuseram suas narrativas e seus heróis ao imaginário coletivo. Essa imposição, ao longo do tempo, solidifica uma visão de mundo que serve para manter e legitimar o status quo, apagando ou marginalizando as experiências e as memórias das classes e grupos subalternizados.

A compreensão de que a memória não é um dado bruto, mas um processo socialmente construído, é fundamental para desconstruir a falácia do “apagamento da história” quando se propõe a alteração desses nomes. Michael Pollak (1992) enfatiza que a memória é um “fenômeno coletivo e social” que está “submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (p. 2). Ela é um “trabalho” contínuo e dinâmico, que se manifesta de forma “seletiva” e é estruturada pelas “preocupações do momento” (p. 4). Nesse sentido, as homenagens públicas presentes nos logradouros são manifestações de uma memória oficial, que pode e deve ser constantemente reavaliada à luz das transformações sociais, éticas e políticas. O ato de renomear uma rua, portanto, não é um esquecimento, mas uma

renegociação da memória, um “trabalho de enquadramento da memória” (p. 6) que busca alinhar o espaço público aos valores contemporâneos de justiça, dignidade humana e respeito à diversidade, contestando as estruturas ideológicas que foram consolidadas no passado.

A proposição da Lei 7.658/2022, pelo então vereador Tarcísio Motta, no Rio de Janeiro, não foi um gesto isolado, mas uma iniciativa profundamente enraizada na percepção da necessidade de se reavaliar o patrimônio simbólico da cidade. Tarcísio articulou a motivação para a lei como um desejo antigo, partilhado por outros mandatos progressistas, de corrigir uma distorção histórica:

Uma das funções dos vereadores, não é necessariamente a função mais importante, mas sempre passavam pela Câmara dos Vereadores, projetos de lei, dando nomes de ruas [...]. E sempre tinha o desejo de nossa parte, na parte do meu mandato de outros mandatos, do ponto de vista da gente poder mudar nome de ruas que eram ruas de torturadores, de escravocratas ou de traficante de escravos e a gente não tinha um caminho para isso (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024)³.

Vale registrar que já existia uma Lei Municipal 4.762/2008 que proibia a mudança de nomes de ruas a partir de uma certa data, com o argumento de evitar confusões com o serviço de correios e mudanças de endereço para as famílias. No entanto, para Tarcísio, a “disputa da memória” era um valor superior. A proposta de lei, então, buscou criar uma exceção a essa regra, permitindo a alteração para os casos de figuras ligadas a crimes contra a humanidade. O cerne da questão, para ele, era “fomentar o debate na sociedade a partir desse viés, não é possível que a gente continue homenageando torturadores e racistas na nossa sociedade” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024).

A lei de Motta, ao invés de simplesmente banir os nomes, buscava preencher o vazio simbólico com novas narrativas, provocando uma reflexão ativa. Ela buscava dar voz à “resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”, transmitindo “lembranças dissidentes” e esperando “a hora da verdade” (Pollak, 1989, p. 3 *apud* Daemon, 2014, p. 49).

Apesar da clareza da proposta, a implementação da lei se deparou com a complexa e, por vezes, antagônica dinâmica das políticas de nomeação no Rio de Janeiro. Motta detalhou a intrincada relação entre a Câmara de Vereadores e o Executivo Municipal, marcada por uma “briga sobre quem é que tem a prerrogativa” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). Ele citou dois casos emblemáticos de sua atuação: a nomeação do Largo do Alfredinho, em Copacabana, e da Rua Nelson Sargento, na Mangueira. No caso de Alfredinho do Bip Bip, o prefeito Marcelo Crivella vetou e depois teve sua execução aprovada pelo prefeito Eduardo

³ Todas as falas de Tarcísio e Walkiria são de entrevistas concedidas à autora deste trabalho, a não ser em casos específicos, quando serão devidamente citadas.

Paes⁴, demonstrando o desejo do Executivo de manter a prerrogativa da nomeação, mesmo que para acatar a demanda popular. Já no caso da Rua Nelson Sargento, o prefeito sancionou a lei, mas a ausência de uma placa indicativa até o momento desta entrevista, revela que, mesmo quando a lei é sancionada, a efetivação e a visibilidade da homenagem podem ser negligenciadas, mantendo o controle simbólico velado.

Esses exemplos práticos ilustram vividamente o “trabalho de enquadramento da memória” (Pollak, 1992. p. 6) exercido pelos sujeitos em posição de poder. Como destaca Heron Luis Barros, esses sujeitos “ativamente significam o mundo e legitimam ou deslegitimam discursos, e que mantêm suas relações de interesse atreladas às suas produções e narrativas” (Barros, 2022, p. 18). O embate entre o Legislativo e o Executivo sobre quem nomeia e como nomeia não é meramente processual, mas uma profunda disputa pelo controle da narrativa e da representação do espaço urbano, revelando a teia de relações de poder que subjaz a cada placa de rua.

As ruas do Rio de Janeiro, assim como as de muitas outras cidades brasileiras, são verdadeiras galerias a céu aberto que expõem as escolhas e os silêncios de sua história. Como antiga capital Imperial e Federal, e palco de eventos cruciais da história do Brasil, incluindo duas ditaduras, a cidade carrega um legado de homenagens a figuras que representam uma “história vista a partir de cima”, com a nobreza e os “poderosos de cada época” tendo preferência nas nomeações (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). A persistência de nomes como “Conde de Baependi” ou “Barão de Mesquita” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024) reflete uma visão hegemônica que naturalizou a escravidão e a hierarquia social, esmaecendo as contribuições e sofrimentos das classes subalternas.

A luta pela alteração desses nomes é, portanto, um movimento que busca uma reavaliação ética e política do passado. Para Tarcísio Motta, a normalização de torturadores e escravocratas nos nomes de ruas impede uma reflexão crítica sobre a memória do passado e a permanência de estruturas opressoras no presente. Essa perspectiva se conecta diretamente com a abordagem de Heron Luis Barros sobre a colonialidade e a nomenclatura. Embora seu foco seja a taxonomia, a lógica é perfeitamente aplicável aos nomes de logradouros:

A colonialidade age atravessando todos os aspectos da existência, e dessa maneira tenta emplacar seu modo onde quer que ela possa, por isso, não é de estranhar que as narrativas e as memórias coloniais sejam constantemente evocadas para manutenção da mesma, seja materializando-a em estátuas, pinturas, músicas, ou simbolicamente retratadas como em nomes de museus, edifícios, salões e quadras

⁴ Para saber mais sobre esse caso, a íntegra da notícia: <<https://oglobo.globo.com/rio/largo-do-alfredinho-inaugurado-em-comemoracao-aos-53-anos-do-bar-bip-bip-25317225>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ou ainda anexadas as teorias do conhecimento e sua respectiva linguagem (Barros, 2022, p. 10).

Assim, as ruas com nomes de figuras coloniais ou autoritárias são “documentos-monumentos” que perpetuam uma visão problemática, e o ato de renomeá-las torna-se um movimento de descolonização do imaginário e do espaço. A ciência, como a cultura, não é neutra, e “as culturas mudam; às vezes as ciências que são embutidas nas culturas precisam mudar em uníssono” (Hammer; Thielle, 2021 *apud* Barros, 2022, p. 38).

Um dos exemplos mais contundentes de como essa disputa de memória se materializa no espaço é a luta para transformar o antigo prédio do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) no Centro do Rio de Janeiro⁵. Este local, que foi palco de torturas e violações de direitos humanos durante a ditadura militar, é alvo de um esforço para se tornar um Centro de Memória da Resistência.

Imagem 1 – Prédio da Polícia Central, antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)



Fonte: Reprodução Agência Brasil/Tânia Rêgo⁶

A transformação de um espaço de trauma em um centro de memória para os direitos humanos é um claro exemplo de como a produção cultural se engaja ativamente na ressignificação de lugares e símbolos. Esse é um exercício do poder simbólico, não no

⁵ Aqui, uma notícia sobre o abandono do prédio que abrigou o DOPS: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/05/22/abandonado-ha-15-anos-antigo-dops-no-rio-pode-virar-centro-de-memoria-da-ditadura.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2025.

⁶ A imagem está na matéria sobre possível retomada do prédio por parte do Ministério da Cultura. Acesse em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-02/ministerio-da-cultura-estuda-retomar-predio-que-abrigou-o-dops-no-rio>. Acesso em: 07 jul. 2025.

sentido de perpetuar a dominação, mas de construir uma memória contra-hegemônica. Busca-se, assim, dar visibilidade às “memórias subterrâneas” que Michael Pollak descreve como aquelas que persistem na resistência social, aguardando o momento de vir à tona e questionar os discursos oficiais.

A Lei 7.658/2022 foi concebida não apenas como um instrumento legal, mas como um projeto pedagógico e um catalisador para o debate público. A proposta do Projeto de Lei previa que a solicitação de mudança de nome de rua fosse “fundamentada teórica e historicamente”, com a obrigatoriedade de “chamar audiências públicas, debate com a sociedade que vive e trabalha naquela rua” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024).

Tarcísio enfatizou que o processo deveria ser um “processo pedagógico” que permitisse à comunidade “se manifestar e ter ao mesmo tempo consciência daquilo que a gente está fazendo” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). O objetivo era transcender a mera imposição legislativa e transformar a mudança de nome em um processo de conscientização e reflexão social.

Contudo, a jornada da lei foi marcada por significativas resistências, que expuseram a disputa pelo controle da memória no cenário político. Motta identificou claramente duas fontes de oposição, cada uma com sua própria lógica, mas convergindo na tentativa de impedir a concretização do projeto.

A primeira resistência veio personificada por Carlos Bolsonaro (Republicanos - RJ) que utilizou táticas de “burocratizar o processo”, “pedindo vista” e apresentando “emenda” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). Sua emenda que “militantes guerrilheiros também não poderiam ter nome de rua” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024) é um exemplo clássico da “falsa equivalência”, uma tática retórica que visa deslegitimar a crítica a figuras autoritárias ao tentar equipará-las a grupos que lutaram contra a opressão. Essa é uma clara manifestação da violência simbólica, operando para distorcer a narrativa histórica e manter a legitimidade de discursos ideológicos que, em essência, minimizam os crimes contra a humanidade.

Barros afirma que “sujeitos em posição de poder, que, em sua produção, ativamente significam o mundo e legitimam ou deslegitimam discursos, e que mantêm suas relações de interesse atreladas às suas produções e narrativas” (Barros, 2022, p. 18). A tentativa de forçar um “debate na televisão” é, também, uma estratégia para controlar a visibilidade e o enquadramento midiático do debate.

Daemon apresenta uma fala de Le Goff que colabora para a reflexão da lógica de Carlos Bolsonaro:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1984, p. 13 *apud* Daemon, 2014, p. 37)

A segunda frente de resistência veio de uma perspectiva liberal, representada por Pedro Duarte, do Partido Novo. Seu argumento central era o “prejuízo burocrático da mudança do nome de rua”, considerando a iniciativa um “desserviço que iria gerar ainda mais custos e gastos ao poder público desnecessários” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). Essa argumentação, embora vestida de pragmatismo e eficiência econômica, revela uma profunda desconsideração pela dimensão simbólica do espaço público e da memória. Ao reduzir a discussão a uma questão de custos e burocracia, é feita uma busca despolitizar e desvalorizar a importância ética e cultural de se reavaliar as homenagens públicas. A resistência usando como defesa de argumento a eficiência é uma tática para manter as classificações existentes, negando a potência transformadora do debate simbólico.

O golpe fatal contra a Lei 7.658/2022, no entanto, veio de uma forma mais sutil e, para Tarcísio Motta, “sorradeira”. A revogação da lei pelo prefeito Eduardo Paes por meio do Plano Diretor; “sem fazer nenhum debate, sorrateiramente no final do Plano Diretor ele revogou a lei, sem explicar para ninguém o que estava acontecendo” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). Essa ação unilateral do Executivo, sem diálogo ou transparência, exemplifica o exercício do poder em seu aspecto mais bruto, subjugando a esfera legislativa e a participação popular. Essa manobra demonstra como o poder instituído pode atuar para controlar a produção da memória e manter a hegemonia de certas narrativas no espaço público.

Bourdieu (1989) discute como o poder simbólico se expressa nas instituições, como um ato de consagração, nos títulos, nas homenagens públicas, inclusive na nomeação de espaços e pessoas. O autor mostra que tais práticas fixam e legitimam hierarquias sociais, perpetuando memoráveis divisões e relegando outras ao esquecimento. Além disso, ele aprofunda o conceito de *habitus* (sistemas de disposições duráveis e transponíveis), campo e capital simbólico, explicando como tais estruturas produzem e mantêm visões de mundo que são aceitas como legítimas pela coletividade.

Apesar da frustração em sua aplicação prática, o impacto da Lei 7.658/2022 não pode ser minimizado. Para Tarcísio Motta, o principal legado foi o “debate que a lei gerou na

própria sociedade” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). Essa mobilização impulsionada, sobretudo, por movimentos sociais, como o Movimento Negro e os Movimentos de Direitos Humanos, abriu “uma janela para discutir a importância dessa questão” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024).

Mesmo que os nomes das ruas não tenham sido alterados, o processo legislativo, os embates políticos, a cobertura midiática e as discussões geradas na sociedade se tornaram, em si, um ato de disputa de memória. Eles ativaram a consciência, geraram conhecimento e mobilizaram subjetividades. O fato de que “jornais chegaram a noticiar nosso projeto de lei e a gente imaginava que na hora que a gente fizesse essa mudança, esse debate seria importante e as pessoas reconheceriam a importância dele” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024) sublinha o papel da lei como um dispositivo cultural que provoca reflexão.

A refutação da ideia de “apagamento da história” é um ponto central e recorrente na argumentação de Motta. Ele esclarece que o objetivo não é banir a memória da escravidão ou do racismo, mas impedir que essa memória seja “uma memória que normalize, que naturalize a escravidão a ditadura, tortura, o machismo, o racismo” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). Ao contrário, a proposta é que a memória seja um instrumento de crítica, que “denuncie esse passado, que se posicione sobre esse passado e não uma memória que naturalize” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024).

Esse é o cerne do debate em torno de espaços como o Cais da Imperatriz, que, ao invés de celebrar a monarquia, deve lembrar que “essa família real governou o maior país escravista do mundo” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). A alteração de nomes é, então, um ato de pedagogia social, que instiga a população a pensar criticamente sobre as homenagens e seus significados implícitos. Pollak aponta que:

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória (1992, p. 4).

O caso da troca da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo em Niterói, que será aprofundado no capítulo seguinte, serve como um exemplo dessa dinâmica e é altamente elogiado por Tarcísio: “Eu achei excelente! [...] É um bom exemplo do que devemos fazer enquanto cidadãos, enquanto legisladores, enquanto historiadores, deveríamos estar debatendo sobre outras ruas” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024).

A mudança não apagou a história de Moreira César, pelo contrário, ela a trouxe à tona para ser questionada publicamente. Um militar que reprimiu uma “revolta que era

absolutamente justa” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). Ao mesmo tempo, celebrou a vida e a obra de Paulo Gustavo, um artista que “levou alegria para as pessoas, mas que ao mesmo tempo tinha um bocado de crítica social nos seus quadros, uma figura significativa para Niterói” (Trecho de entrevista de Tarcísio Motta, 2024). A substituição de um símbolo opressor por um símbolo que representa novos valores sociais, gerando um debate amplo e conscientizador sobre quem e o que a sociedade escolhe homenagear. A rua não é apenas um endereço, é um enunciado, um espaço discursivo que molda o imaginário e a identidade.

Em síntese, a experiência da Lei 7.658/2022 no Rio de Janeiro, embora tenha tido muitos obstáculos em sua execução, oferece um estudo de caso sobre as complexas dinâmicas da memória no espaço público. Através das lentes de Bourdieu, Marx e Engels, Pollak, Daemon e Barros, compreendemos que as disputas de memória são lutas simbólicas profundas, reflexos de um embate ideológico contínuo sobre quem detém o poder de narrar o passado e, por conseguinte, de pautar o presente e moldar o futuro.

A renomeação de ruas não é um mero ato burocrático, mas desafia hierarquias simbólicas, questiona legados opressivos e busca construir uma paisagem urbana que reflita os valores democráticos, éticos e humanitários de uma sociedade em constante transformação e autocrítica. O debate gerado, por si só, já é um ato fundamental de conscientização e produção de novos sentidos para a cidade e sua história. A pesquisa defende que a mudança dessas nomenclaturas não apaga a história, mas a desconstrói e adapta às convenções atuais, promovendo uma descolonização epistemológica.

CAPÍTULO 3 - A MEMÓRIA EM DISPUTA NO ESPAÇO URBANO: O CASO DA RUA CORONEL MOREIRA CÉSAR, AGORA RUA ATOR PAULO GUSTAVO

O capítulo anterior explorou como a legislação, o discurso público e os embates políticos pavimentam o terreno para as disputas em torno dos lugares de memória. Agora, é chegada a hora de mergulhar no caso concreto que orienta esta pesquisa: a renomeação da antiga Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo, no bairro de Icaraí, em Niterói.

Mais do que uma troca de placas, essa mudança mobilizou uma série de memórias, tensões e expectativas. O processo não apenas alterou um traço do mapa urbano, mas também colocou em cena vozes, reivindicações e silenciamentos que revelam como o espaço da cidade é palco de disputas simbólicas profundas.

Neste capítulo, busco reconstruir a trajetória desse momento emblemático, trazendo à tona as estratégias, argumentos e sentimentos que moveram diferentes atores sociais do poder público à sociedade civil organizada, dos familiares e fãs a cidadãos contrários à mudança. A partir do diálogo com uma das figuras-chave desse processo, a ex-vereadora Walkiria Nictheroy (na época PCdoB), e de outras fontes, procuro mostrar como a memória coletiva da cidade foi, e segue sendo, reescrita no concreto e na subjetividade de suas ruas.

O estudo da Rua Ator Paulo Gustavo torna-se, assim, uma oportunidade de olhar para além da “aparência física” das transformações urbanas e compreender os sentidos mais profundos, e por vezes conflitantes, que habitam os espaços que percorremos diariamente. Para tanto, este capítulo desenvolverá a fundamentação teórica sobre memória, identidade e território, seguida pela apresentação detalhada das figuras em disputa (Coronel Moreira César e Paulo Gustavo), a análise aprofundada do processo de renomeação em Niterói, incluindo o debate público, e a comparação com outros casos de disputas de memória no Brasil.

Para desvendar as complexidades envolvidas na renomeação de um logradouro público, é necessário compreender as relações intrínsecas entre memória, identidade e território, conceitos já abordados ao longo deste trabalho. Esses conceitos, longe de serem estáticos ou puramente individuais, são dinâmicos, sociais e constantemente negociados no espaço e no tempo. A memória, conforme proposto por Maurice Halbwachs (1990), é um fenômeno coletivo, moldado e ressignificado pelos “quadros sociais” em que o indivíduo está inserido. Isso implica que toda memória é “construída no presente, por agentes que visam sua reapropriação no futuro” (Enne; Nercolini, 2016, p. 5).

O passado, portanto, é um campo de disputa, um recurso acionado no presente para legitimar certas visões e construir futuros desejados. Michael Pollak (1992), ao cunhar o conceito de “enquadramento da memória”, reforça que há um trabalho ativo e seletivo sobre o que é lembrado e o que é esquecido. As “preocupações do momento” (Enne; Nercolini, 2016, p. 6) atuam como filtros que definem as narrativas predominantes. A disputa pela memória, então, é uma luta pelo poder de narrar e de influenciar a percepção do passado, refletindo as hierarquias e conflitos sociais existentes.

A identidade, tanto individual quanto coletiva, emerge como uma “forma de narrativa de si e dos outros”. Ela não é inata ou imutável, mas construída dialeticamente, na interação com o “outro” e no interior de representações culturais (Hall, 1997). Nesse processo, os acontecimentos, as pessoas e os lugares desempenham papéis fundamentais na configuração das identidades.

No contexto das homenagens em espaços públicos, a identidade de uma comunidade se projeta através das figuras que decide exaltar. A escolha de um nome para uma rua, por exemplo, é um ato de autoafirmação identitária, que reflete os valores, as aspirações e a autopercepção de um grupo. Quando essa identidade se choca com a de outro grupo, ou quando há uma mudança nos valores sociais, a narrativa dominante é questionada, e a disputa pela identidade de quem se é (e quem se quer ser) se manifesta no espaço urbano.

A compreensão do território vai muito além de sua delimitação física. Para Marcelo Souza, os territórios são, em sua essência, “relações sociais projetadas no espaço” (Souza, 1995 *apud* Enne; Nercolini, 2016, p. 7). São fluidos, móveis e construídos cotidianamente, permeados por relações de poder e redes simbólicas. Jorge Luiz Barbosa (2017) complementa essa visão, afirmando que o território é um “híbrido”. Nesse sentido, Barbosa (2017, p. 2) cita Milton Santos (2006), para quem o território é um ponto de confluência onde se manifestam “todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas” (Santos, 2006 *apud* Barbosa, 2017, p. 2).

O conceito de “território usado” (Santos, 1994 *apud* Barbosa, 2017, p. 2) é crucial aqui, pois enfatiza que o valor do território reside nas experiências e práticas dos sujeitos sociais. Um “espaço” genérico adquire o status de “lugar” quando a ele são atribuídos “definição e significado” (Briggs, 1985 *apud* Enne; Nercolini, 2016, p. 8) através da vivência humana. Assim, uma rua, um monumento, uma praça, tornam-se “lugares de memória” (Nora, 1997), unidades significativas, materiais ou ideais, que a “vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (Sousa; Silva, 2024, p. 130). A disputa pelo nome de um logradouro,

portanto, não é apenas uma questão formal, é uma disputa pelo domínio simbólico de um território e pela projeção de uma narrativa sobre sua identidade.

O cerne da disputa em Niterói reside na contraposição entre dois legados distintos, cada um com suas representações e significados para a memória coletiva da cidade: Paulo Gustavo, um ícone da cultura popular e da representatividade, e Coronel Moreira César, uma figura da tradição militar associada ao autoritarismo.

Nascido em Niterói em 1978, Paulo Gustavo Amaral Monteiro de Barros alcançou projeção nacional como ator, roteirista e humorista, tornando-se um dos principais nomes do entretenimento brasileiro contemporâneo. Sua carreira explodiu com a peça “Minha Mãe é uma Peça” (2006), que, ao ser adaptada para o cinema, transformou-se em um fenômeno de bilheteria (2013, 2016, 2019), atraindo milhões de espectadores e tornando-se uma das franquias de maior sucesso do cinema nacional⁷⁸. Para além do talento inegável, Paulo Gustavo conquistou a admiração do público por sua postura generosa, sua defesa intransigente da diversidade e seu apoio à comunidade LGBTQIAPN+, tornando-se um símbolo de empatia e inclusão social.

O vínculo de Paulo Gustavo com Niterói esteve sempre presente em suas falas e obras. Ele passou parte da infância e juventude no bairro de Icaraí e, chegou a morar, durante alguns anos, na própria rua que hoje leva seu nome, o que reforça o significado pessoal e coletivo da homenagem. O processo de consagração da memória de Paulo Gustavo foi intensificado após sua morte precoce, em 2021, devido à complicações da COVID-19, mobilizando manifestações públicas de carinho e luto por todo o Brasil, especialmente em Niterói. A cidade de Niterói tem promovido desde então uma série de homenagens ao ator e humorista, consolidando sua presença na paisagem urbana e cultural local, incluindo:

- Estátua no Campo de São Bento: Em novembro de 2021, duas estátuas com a figura de Paulo Gustavo foram inauguradas no tradicional parque público do bairro de Icaraí. As obras, instaladas próxima a um dos pontos mais movimentados do Campo de São Bento, tornaram-se rapidamente um ponto de encontro e lugar de celebração afetiva.

⁷ Em maio de 2021, na ocasião da morte de Paulo Gustavo, a *Revista Quem* publicou uma matéria com os números alcançados pelos trabalhos artísticos do ator: https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2021/05/paulo-gustavo-e-o-sucesso-de-sua-carreira-em-numeros.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁸ O portal de notícias *O Tempo* publicou, em 2024, matéria sobre o sucesso de bilheteria das comédias brasileiras e mencionou os trabalhos de Paulo Gustavo: https://www.otempo.com.br/entretenimento/2024/11/9/com-paulo-gustavo-no-topo--comedias-lideram-maiores-bilheterias-?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 07 jul. 2025.

Imagem 2 – Estátuas de Paulo Gustavo e Dona Hermínia, sua personagem na franquia *Minha Mãe é uma Peça*



Fonte: Autoria própria

- Rua Ator Paulo Gustavo: A antiga Rua Coronel Moreira César, importante eixo comercial e histórico de Icaraí, foi oficialmente renomeada em sua homenagem.

Imagem 3 – Placa da Rua Ator Paulo Gustavo



Fonte: Autoria própria

- Circuito Turístico Cultural Paulo Gustavo: Um roteiro cultural que percorre pontos emblemáticos ligados à memória do ator, destacando espaços que fizeram parte de sua trajetória artística e pessoal na cidade, incentiva moradores e visitantes a revisitarem sua obra e seu legado. A seguir, algumas fotos com *totens* do Circuito em alguns locais da cidade (da esquerda para a direita: *totem* na Praia de Icaraí, na Praia das Flechas – Pedra de Itapuca/Pedra do Índio – e no Campo de São Bento)

Imagem 4 – Montagem de fotos dos *totens* do Circuito Turístico Cultural Paulo Gustavo



Fonte: Autoria própria

- Exposição no MAC: Em 2025, o Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC) sediou uma exposição em homenagem a Paulo Gustavo, reunindo fotografias, figurinos e objetos pessoais, além de depoimentos sobre sua contribuição para a cultura brasileira e para a identidade niteroiense.

Imagem 5 – Exposição sobre Paulo Gustavo no Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC)



Fonte: Autoria própria

Essas homenagens, integradas à paisagem social e simbólica de Niterói, evidenciam como a trajetória de Paulo Gustavo deixou marcas que vão muito além da fama: sua memória tornou-se um patrimônio afetivo, celebrado e vivenciado diariamente por diferentes gerações de moradores, transformando o espaço em um “território usado” de afeto e reconhecimento.

Imagem 6 – Tweet sobre a inauguração das estátuas de Paulo Gustavo, em Niterói



Fonte: Reprodução X (antigo Twitter)



Fonte: Reprodução X (antigo Twitter)

Na primeira imagem, temos um print de tela do X (antigo Twitter) de 2021 no dia da inauguração das estátuas. Já na segunda imagem temos um tweet de 2024 que reforça como, até hoje, o espaço continua sendo um ponto de encontro de afeto e reconhecimento pela vida e pelas obras de Paulo Gustavo.

A antiga nomenclatura da rua remetia a Antônio Moreira César (1850-1897), militar nascido em Pindamonhangaba (SP) e figura polêmica na história da consolidação republicana no Brasil. Formado na Escola Militar do Rio de Janeiro, Moreira César construiu sua carreira no Exército em meio à transição monárquica-republicana, destacando-se por liderar repressões duras a movimentos que ameaçavam a ordem estabelecida pelo regime recém-implantado. Ao longo de sua carreira, Moreira César destacou-se por sua atuação violenta, sendo responsável por reprimir movimentos como a Revolta da Armada (1893) e a Revolução Federalista (1894-95). No entanto, o episódio mais conhecido de sua trajetória, e que selaria seu lugar controverso na história, foi seu comando das tropas federais na Guerra de Canudos (1897).

Neste conflito, Moreira César liderou a expedição que buscava esmagar o arraial de Canudos, no sertão baiano, criado por seguidores de Antônio Conselheiro. Sua postura em Canudos tornou-se emblemática do autoritarismo e da brutalidade do Estado republicano: o coronel teria se referido aos habitantes do arraial como “fanáticos” a serem destruídos sem piedade. Embora o militar tenha morrido logo no início da expedição em uma emboscada das forças de Canudos, o massacre que se seguiu, com milhares de mortos, foi eternizado como um dos maiores episódios de violência e negação dos direitos civis da história brasileira, descrito com riqueza de detalhes e crítica por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Essas ações lhe renderam, por décadas, reconhecimento oficial, e seu nome foi perpetuado em ruas, praças e colégios militares por todo o país, especialmente durante os períodos em que a

memória da República Brasileira foi reinterpretada sob a ótica do fortalecimento do Estado e do Exército como agentes da ordem.

Apesar de homenageado em diversos espaços públicos pelo país, sua figura sempre dividiu opiniões, para uns, representa a defesa da ordem e do Estado; para outros, simboliza práticas violentas e um legado questionável de repressão. A escolha de seu nome para uma das mais importantes ruas do bairro de Icaraí, décadas atrás, refletia os valores predominantes de momentos históricos marcados pelo prestígio militar e por uma narrativa histórica que glorificava a “ordem”. Para uma parcela crescente da população e da historiografia, Moreira César é um símbolo de autoritarismo, violência de Estado e silenciamento de vozes populares.

Grupos de direitos humanos, setores acadêmicos e movimentos sociais há tempos reivindicam a revisão desses nomes nos espaços públicos, entendendo que celebrá-los significa, de certo modo, legitimar práticas de repressão e exclusão. A Rua Coronel Moreira César, ao atravessar o bairro de Icaraí, um importante eixo comercial, cultural e turístico, com a própria história de Paulo Gustavo ligada a ela, potencializava a disputa.

A iniciativa da então vereadora Walkiria Nictheroy para a renomeação da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo é um exemplo paradigmático de como a memória urbana é continuamente negociada e ressignificada. O processo foi marcado por intensos debates, tanto na Câmara de Vereadores quanto nas ruas e redes sociais, revelando as forças em jogo na disputa pela narrativa do espaço público.

A proposta de Walkiria Nictheroy foi enraizada em um debate pré-existente em seu então grupo político, o PCdoB, que questionava a existência de nomes de torturadores em ruas de Niterói. Conforme a ex-vereadora, essa era uma “inquietação” que já vinha de longa data:

O grupo com o qual eu milito desde que eu tenho 19 anos (PCdoB) já fazia esse debate há algum tempo, porque Niterói não tinha só a rua Moreira César, tem várias ruas que homenageiam torturadores. Inclusive eu trabalhei num gabinete com o vereador Leonardo Giordano. E o Léo teve um papel muito forte na comissão da memória, verdade e justiça e vários nomes que apareciam nos relatórios da comissão, davam nomes a ruas de Niterói e a gente sempre teve essa inquietação. (Trecho da entrevista de Walkiria Nictheroy, 2024).

A morte de Paulo Gustavo em maio de 2021, em meio à pandemia de COVID-19, agiu como um catalisador para essa pauta. A comoção nacional e a forte conexão de Paulo Gustavo com Niterói criaram um terreno fértil para que a vereadora visse a oportunidade de unir a homenagem a uma figura querida com a necessária revisão de uma memória oficial problemática.

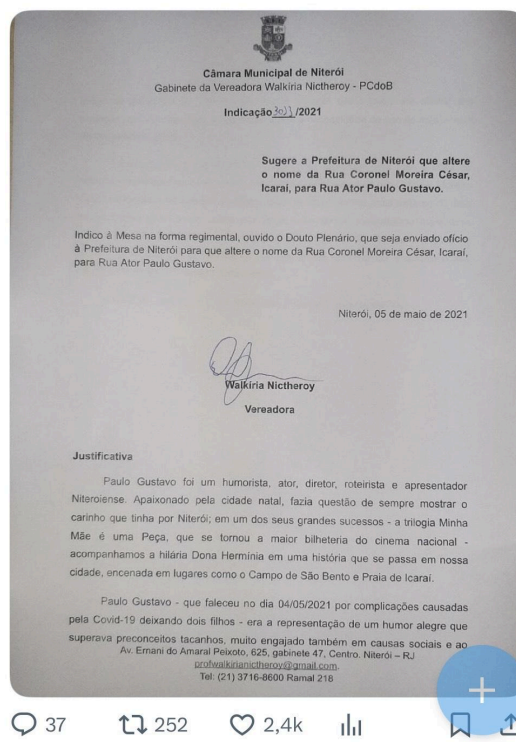
E aí na hora eu pensei: cara, a gente precisa fazer alguma coisa. Eu estava em contato com a minha equipe e falei que a gente tinha que fazer um negócio que marcasse para ele, sabe? Inclusive a princípio eu tinha pensado em homenagens coletivas na câmara toda para trazer a família, etc. E aí naquela troca de ideia a gente pensou, pô, acho que é a hora da Moreira César trocar de nome (Trecho da entrevista de Walkiria Nictheroy, 2024).

Walkiria protocolou a proposta como uma indicação, buscando uma via mais ágil. No entanto, o processo logo revelou as complexidades e a violência simbólica presente nos ambientes políticos. A Prefeitura de Niterói, ao invés de simplesmente acatar a indicação da vereadora, optou por anunciar uma consulta pública no dia seguinte, uma estratégia que, segundo Walkiria, visava esvaziar sua autoria e diluir o crédito da iniciativa: “No final, a indicação foi aprovada, mas quando a consulta pública teve resultado, a minha indicação simplesmente desapareceu das informações, da memória, dos anúncios.” (Trecho da entrevista de Walkiria Nictheroy, 2024).

Imagem 8 – *Tweet* de Walkiria Nictheroy sobre a mudança de nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo



Indicação protocolada!



Fonte: Reprodução X (antigo *Twitter*)

A vereadora ressaltou que a resistência a ela estava ligada à sua identidade enquanto “mulher negra, lésbica e suplente”, evidenciando as interseccionalidades de gênero, raça e orientação sexual como fatores de marginalização e apagamento político. Isso reflete a natureza “bifronte” do Estado (Silva; Lima, 2024, p. 29), que, embora possa ceder à pressão social, muitas vezes tenta cooptar ou deslegitimar a autoria de iniciativas oriundas de grupos minorizados.

Imagem 9 – *Tweet* da Prefeitura de Niterói a respeito da mudança de nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo



Fonte: Reprodução X (antigo *Twitter*)

Apesar das manobras políticas, a proposta de renomeação da Rua Coronel Moreira César para Ator Paulo Gustavo gerou um intenso debate público e uma mobilização significativa da sociedade em Niterói. Diferentes setores se manifestaram, revelando a complexidade do tema e as diferentes visões sobre a memória e o espaço público. Movimentos ligados à cultura, direitos humanos, coletivos LGBTQIAPN+ e uma parcela

expressiva da população defenderam que o antigo nome exaltava práticas e valores incompatíveis com uma memória plural e democrática. Em audiências públicas, como a da Câmara de Niterói em outubro de 2021, e nas redes sociais, argumentos favoráveis enfatizavam o papel de Moreira César na repressão brutal de Canudos e outras insurreições, sugerindo que celebrar sua memória em um dos principais logradouros da cidade era perpetuar uma história de violência institucional. Essa perspectiva alinha-se à crítica de Walter Benjamin (1987), para quem a história deve ser lida a contrapelo, resgatando as vozes dos “vencidos” e desmascarando a violência implícita nas narrativas hegemônicas.

Imagem 10 – *Tweet* manifestando opinião contrária à alteração do nome da Rua Coronel Moreira Cesar para Rua Ator Paulo Gustavo



Reprodução: X (antigo *Twitter*)

Além disso, a discussão sobre a Rua Coronel Moreira César também se insere no campo da história pública e das disputas sobre os lugares de memória, conforme conceituado por Pierre Nora (1993). As ruas são, por excelência, *lieux de mémoire*⁹, espaços físicos ou imaginários onde a memória coletiva se condensa e se celebra. A controvérsia sobre o nome de Moreira César evidencia uma luta pelo controle desses lugares de memória, onde diferentes grupos sociais buscam impor sua própria interpretação do passado e do que deve ser lembrado. Nesse sentido, a iniciativa de renomeação é um ato de contestação da autoridade narrativa, propondo que a cidade, enquanto organismo vivo, reflita os valores de uma sociedade que evolui e reavalia seu próprio passado.

⁹ *Lugares de memória*, em tradução livre.

A tese de que a mudança de nome não apaga a história, mas a traz para o debate, foi central para os defensores da renomeação. Em uma Consulta Pública realizada pela Prefeitura de Niterói, que contou com a participação de trinta e quatro mil, quatrocentos e quatorze cidadãos, mais de 90% dos participantes manifestaram apoio ao projeto de lei que previa a alteração do nome da então Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo. A historiadora Anita Natividade Carneiro, integrante da Rede de Trajetos de Memória de Porto Alegre, reforçou essa perspectiva: “Enquanto sociedade, precisamos estar nos questionando sobre o que nos representa nos espaços públicos. Afinal, qual é a história que queremos contar?” (Baptista, 2022).

Imagem 11 – Sequência de *tweets* da Prefeitura de Niterói sobre a Consulta Pública para alteração do nome da Rua Coronel Moreira Cesar para Rua Ator Paulo Gustavo

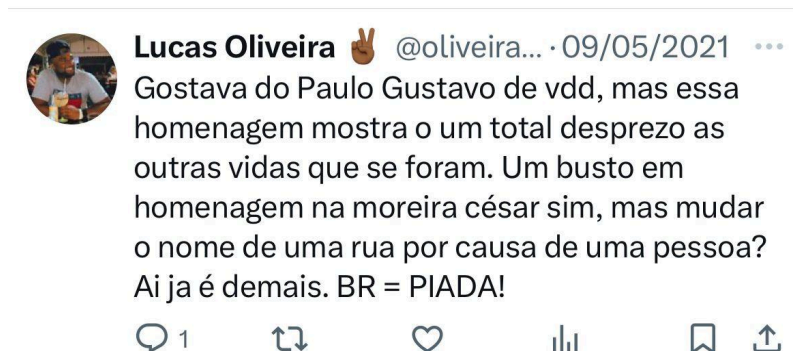


Fonte: Reprodução X (antigo Twitter)

A discussão em Niterói dialogou diretamente com um movimento nacional de revisão de toponímias e monumentos, intensificado desde os protestos antirracistas e os movimentos “derruba-estátua” de 2020, que repercutiram no Brasil após o assassinato de George Floyd

nos EUA¹⁰. Diversas cidades brasileiras passaram a questionar homenagens a figuras associadas à escravidão, repressão estatal ou autoritarismo. Coronel Moreira César, nesse contexto, passou a ser citado em artigos e reportagens como exemplo de personagem cujo legado é alvo de crítica pública. Em contrapartida, associações de antigos moradores, setores militares e parte da imprensa local defenderam a manutenção do nome. Eles alegavam que a alteração provocaria perda de identidade histórica e apagamento do passado da cidade. Algumas manifestações no X (antigo *Twitter*) comprovam:

Imagem 12 – *Tweet* com opinião contrária à mudança do nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo



Fonte: Reprodução X (antigo *Twitter*)

Entre os argumentos contrários, estavam críticas à suposta tentativa de “apagar a história” ou “revisões anacrônicas”. Já os adeptos da mudança promoveram rodas de conversa, publicações de vídeos e lives educativas, trazendo historiadores para explicar por que Moreira César é visto como símbolo de autoritarismo. O processo de renomeação trouxe à tona uma série de manifestações e debates, amplificando a discussão para além dos canais institucionais.

Imagem 13 – *Tweet* com opinião favorável à mudança do nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo



¹⁰ Mais sobre o assassinato de George Floyd em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52857371>. Acesso em: 07 jul. 2025.

Fonte: Reprodução X (antigo Twitter)

A instalação das placas da Rua Ator Paulo Gustavo em maio de 2021 selou a renomeação.

Imagem 14 – Tweet com a notícia a aprovação da mudança do nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo



Fonte: Reprodução X (antigo Twitter)

Este ato, contudo, não significou o “apagamento” da história anterior da rua, mas sim um processo de profunda ressignificação e recontextualização da memória. A mudança de nome, ao invés de anular o passado, o trouxe para o centro do debate, obrigando a sociedade a revisitar a figura de Coronel Moreira César e a confrontá-lo com os valores atuais. A rua, agora com o nome de Paulo Gustavo, transforma-se em um novo “lugar de memória” para a cidade. Afinal, a homenagem é mais do que a simples troca de uma placa, é a projeção de um imaginário coletivo que valoriza a cultura, a arte, a diversidade e a figura de um ícone que gerou profunda identificação popular.

Como Walkiria aponta: “A ideia da rua, inclusive, é que ela culmine num mini circuito de homenagens. Então você tem ali pertinho a estátua do Paulo Gustavo e da Dona Hermínia no Campo de Bento. A ideia é que as pessoas passem e vejam a memória do Paulo Gustavo presente, né?” (Trecho da entrevista de Walkiria Nictheroy, 2024). Esse é um exemplo vívido do “território usado” de Milton Santos (1994), que adquire significado através das práticas afetivas e culturais da população.

A ex-vereadora Walkiria Nictheroy (2024) expressou a satisfação com a recepção da população, que foi “extremamente positiva”, ressaltando que passar por uma rua com o nome de Paulo Gustavo é “muito mais importante do que passar por uma rua de uma pessoa que ninguém sabe a história”. Ela destaca que o processo em si suscitou esse debate na população, revelando a força de uma renomeação como catalisador de discussão histórica. No entanto, a vereadora também oferece uma reflexão crítica sobre quem é homenageado e por que, levantando questões sobre as hierarquias sociais ainda presentes nas escolhas de memória:

Existem dois pontos importantes: Um é o papel da Cultura, porque ele era um homem assumidamente homossexual, amado pela família brasileira por conta dos filmes que ele conseguiu produzir. Mas a segunda coisa a lembrar é que o Paulo ainda era um homem branco, de classe média alta da cidade. Então também é importante reconhecer esse lugar de raça, de classe, de onde sai, né? Não à toa a rua que o homenageia fica no centro do bairro mais caro da cidade. Então são marcadores importantes para a gente reconhecer quais memórias coletivas são valorizadas (Trecho da entrevista de Walkiria Nictheroy, 2024).

Essa análise revela que, mesmo em um ato progressista, as estruturas de poder e privilégio como raça e classe continuam a moldar a forma como as homenagens são concebidas e aceitas. A escolha de um bairro nobre para a homenagem a Paulo Gustavo, por exemplo, não é acidental, e aponta para a necessidade de um olhar crítico contínuo sobre o que é legitimado na memória pública.

O caso de Niterói não é isolado, ele dialoga com uma série de disputas de memória que ocorrem por todo o Brasil, especialmente em grandes centros urbanos como São Paulo¹¹. Essas manifestações ampliam o entendimento de como a produção cultural é intrínseca às lutas por reconhecimento e ressignificação histórica. A queima do monumento ao bandeirante Borba Gato em julho de 2021¹², promovida pelo coletivo Revolução Periférica em São Paulo, é um exemplo contundente da disputa de memória. O ato se inseriu no contexto do “Efeito George Floyd”, que impulsionou a contestação global a símbolos coloniais e racistas (Silva; Lima, 2024).

¹¹ No *site* da Prefeitura de São Paulo, há informações sobre o programa *Ruas de Memória*, cujo objetivo é alterar o nome de logradouros que homenageiam violadores de direitos humanos da ditadura militar. Mais informações sobre o programa estão neste *link*: https://prefeitura.sp.gov.br/web/direito_a_memoria_e_a_verdade/w/programas_e_projetos/221739. Acesso em: 07 jul. 2025.

¹² Mais sobre o ato do coletivo Revolução Periférica em: <https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 07 jul. 2025.

Imagem 15 – Estátua do bandeirante Borba Gato em chamas após ato do coletivo Revolução Periférica



Fonte: Reprodução *GI*/Gabriel Schlickmann/Ishoot/Estadão Conteúdo

A figura do bandeirante, glorificada na memória oficial paulista como “desbravador”, é para os movimentos negros e indígenas um símbolo de genocídio e violência.

O objetivo do ato, conforme Paulo Galo, um dos envolvidos, não era a destruição pela destruição, mas “abrir o debate em torno da existência de um símbolo da violência colonial” (Silva; Lima, 2024, p. 4). Galo explicou que a ação foi uma tentativa de forçar uma discussão que “historicamente, estava fechada”, e que se preocuparam em não causar danos físicos a pessoas, para que o foco da controvérsia permanecesse no debate simbólico do monumento.

A queima do Borba Gato se tornou um “lugar de memória” por si só, sendo inclusive homenageada no carnaval de 2024 pela Escola de Samba Vai-Vai, que reproduziu a estátua em chamas em seu carro alegórico. Esse é um exemplo notável de como a produção cultural popular, nesse caso o samba, é capaz de subverter narrativas oficiais e inserir no imaginário coletivo as pautas dos movimentos sociais. A resposta do Estado, por sua vez, demonstrou a faceta “bifronte” analisada por Silva e Lima (2024, p. 29). Ao mesmo tempo em que criminalizou os envolvidos, o poder público de São Paulo anunciou e iniciou a construção de novas esculturas dedicadas a personalidades negras. Embora vista como uma “medida reativa” ou “tapa buraco” pelos movimentos, essa abertura revela as “janelas de oportunidade política” criadas pela pressão social.

A disputa em torno do legado da vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018, é outro caso emblemático de como as placas e logradouros se tornam “lugares de memória” em

conflito. A fixação de placas em sua homenagem na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e posteriormente em diversos locais, transformou-se em um poderoso ato de memorialização e resistência:

Nesse artigo, a placa de Marielle é tomada como um lugar onde se tem comoção de um grupo de indivíduos para preservar a memória da vereadora e seu ativismo político. Também debruça-se sobre as disputas entre as diferentes interpretações e discursos, dados ao passado e, nesse caso, ao passado da vereadora, de modo a construir novas narrativas sendo elas positivas ou não (Sousa; Silva, 2024, p. 127).

A tentativa de apagamento da memória de Marielle, orquestrada por setores da direita que propagaram desinformação e até destruíram as placas, paradoxalmente, fortaleceu a mobilização em torno de seu nome. A campanha *Mil placas para Marielle* gerou uma vasta proliferação dessas homenagens, que se espalharam pelo Brasil e pelo mundo, tornando-se um símbolo de luta por justiça e contra a impunidade. Esse movimento demonstra a resiliência da memória popular e a capacidade da produção cultural de criar e manter "lugares de memória" mesmo diante de tentativas de supressão.

Imagem 16 – Movimento *Mil placas para Marielle*



Fonte: Reprodução *Brasil de Fato*¹³

Em São Paulo, a luta por uma memória negra e indígena mais inclusiva também se manifesta na busca por reconhecimento de locais históricos. O bairro do Bixiga, por exemplo, conhecido por sua tradição italiana, revelou, durante as obras do metrô, o Quilombo Saracura.

¹³ O conteúdo da matéria referente à imagem está disponível neste [link: https://www.brasildefato.com.br/2018/10/15/ato-em-homenagem-a-marielle-distribuiu-mil-placas-de-rua-no-cen-tro-do-rio/](https://www.brasildefato.com.br/2018/10/15/ato-em-homenagem-a-marielle-distribuiu-mil-placas-de-rua-no-cen-tro-do-rio/). Acesso em: 07 jul. 2025.

O coletivo Mobiliza Saracura Vai-Vai reivindica a criação de um memorial e a mudança do nome da estação para “Saracura Vai-Vai”. Da mesma forma, o bairro da Liberdade, amplamente associado à cultura japonesa, tem tido sua história revista para incluir a forte presença negra e indígena, com a Capela e o Cemitério dos Aflitos como marcos importantes.

Movimentos como o “São Paulo é Solo Preto e Indígena” e a vereadora Luana Alves (PSOL) atuam na ressignificação desses espaços, buscando criar um “Parque da memória Negro-Indígena” (Silva; Lima, 2024, p. 25). Esses exemplos ilustram como a arqueologia urbana e a pesquisa acadêmica se articulam com a produção cultural e a militância para desenterrar memórias que foram intencionalmente silenciadas pela narrativa hegemônica. A disputa é, em última instância, pela apropriação simbólica do território e pelo direito de contar a própria história.

Os diversos casos analisados neste capítulo convergem para uma compreensão ampliada do assunto. Não se limita à criação artística formal, mas abrange todas as formas de expressão e ação que visam construir, contestar e ressignificar a memória e a identidade em um território. Os nomes de ruas, monumentos e placas são, em si, atos de produção cultural que refletem e moldam o imaginário coletivo. Jorge Luiz Barbosa (2017) ressalta que a cultura é um “sistema vivido de significados e valores” e que se manifesta intensamente nos “territórios populares”. Favelas e periferias são espaços de “invenções estéticas”, onde se preserva e se reinventa o “patrimônio cultural negro em situação extremamente fragilizada no Brasil” (p. 7).

A atuação de coletivos como Revolução Periférica e Mobiliza Saracura Vai-Vai, assim como a campanha pelas placas de Marielle, são expressões dessa produção popular que desafia a ordem autoritária imposta pela memória oficial. A mobilização de redes sociais e plataformas digitais amplifica o alcance dessas iniciativas, superando barreiras geográficas e sociais. O debate sobre a Rua Coronel Moreira César, agora Rua Ator Paulo Gustavo em Niterói, por exemplo, utilizou enquetes on-line e mobilizou a web para divulgar e legitimar a proposta. A própria ex-vereadora Walkiria Nictheroy (2024) relata ter usado o *X*, antigo *Twitter*, para lançar a proposta inicialmente, demonstrando a importância das mídias digitais como ferramentas de engajamento cívico e de produção de sentido.

O estudo da renomeação da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo em Niterói, juntamente com os casos de São Paulo e do Movimento Mil placas para Marielle, oferece uma visão aprofundada das complexas disputas de memória que permeiam o espaço urbano brasileiro. Longe de serem meros atos administrativos, essas transformações são profundamente simbólicas, políticas e culturais.

A entrevista com a ex-vereadora Walkiria Nictheroy revela a motivação, o processo e as tensões inerentes a esse tipo de iniciativa. Sua experiência demonstra que a mudança é impulsionada não só por uma vontade legislativa, mas por um profundo desejo de renegociar o imaginário coletivo, trazendo para o centro do debate figuras e valores que representam uma sociedade mais plural e justa.

A presença de Paulo Gustavo na toponímia de Niterói reflete uma mudança de paradigma, onde o afeto, a arte e a representatividade da diversidade se sobrepõem a um legado de violência e autoritarismo. Os “lugares de memória”, conforme Pierre Nora (1993), são, nesse contexto, campos dinâmicos onde a história e a memória se encontram, se confrontam e se reescrevem. A Rua Ator Paulo Gustavo é um exemplo concreto disso, porque ela não apaga o passado do Coronel Moreira César, mas o reinterpreta à luz de um presente que clama por novas formas de reconhecimento.

Atuando na desconstrução de narrativas hegemônicas e na afirmação de vozes e identidades que foram historicamente marginalizadas, o espaço público, assim, reafirma-se como um palco de lutas por identidade, um “território usado” que espelha as aspirações de uma sociedade em constante transformação. A capacidade de produzir e ressignificar esses espaços simbólicos é uma demonstração de agência e um caminho essencial para a construção de uma democracia mais inclusiva e representativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste trabalho, assim como a memória que ele busca desvendar, não é linear e muito menos estático, mas um processo contínuo de (re)descoberta e resignificação.

O caso da renomeação da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo em Niterói exemplifica de forma contundente como o território é um campo de disputas, onde legados são confrontados e novas narrativas vão emergindo. Longe de ser um "apagamento da história", a troca de um nome revela-se um ato potente de resignificação.

Com a análise deste estudo de caso, foi possível aprofundar a compreensão de conceitos como “enquadramento da memória”, “território usado” e “poder simbólico”, demonstrando como a produção cultural atua como agente de transformação. E que a luta pela toponímia urbana é um reflexo das tensões sociais e políticas mais amplas, onde grupos estão a todo tempo tentando afirmar suas identidades e valores. A mobilização da sociedade civil, as discussões e até mesmo as resistências burocráticas e políticas que circundaram o processo de renomeação da Rua Ator Paulo Gustavo evidenciam a força desse debate e a importância da participação pública na construção de uma memória mais inclusiva e representativa.

Mais do que trazer respostas definitivas, este trabalho me instigou a seguir questionando: quais outras memórias estão silenciadas em nossos espaços? Nesse sentido, surge uma inquietação ainda mais específica: a evidente discrepância na toponímia urbana, onde a vasta maioria dos logradouros carrega nomes masculinos. Essa sub-representação feminina e de outras identidades de gênero nos convida a indagar sobre os mecanismos históricos e culturais que perpetuam silenciamentos, e como a ausência de figuras femininas nesses espaços reflete e reforça narrativas hegemônicas.

Aprofundar o estudo sobre as intersecções entre memória, espaço urbano e as questões de gênero, buscando compreender as lacunas e as possibilidades de uma toponímia mais equitativa e representativa, é um caminho que pretendo explorar em minha pesquisa de mestrado. Como podemos, não só amplificar vozes, mas efetivamente reequilibrar esses legados historicamente marginalizados?

As disputas de memória nos espaços urbanos são um processo contínuo, e as cidades, espaços vivos dessas transformações, seguirão sendo reconfiguradas. Nesse sentido, os logradouros são mais que meros caminhos, eles, como descreve João do Rio (1995), “plasmam o moral dos seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas”. Essa profunda influência ressalta a importância de cada

nome de rua, cada monumento, cada espaço público, que deve servir como um ponto de partida para a reflexão sobre quem somos e, mais importante, quem aspiramos ser enquanto sociedade. A memória, afinal, é um trabalho em progresso, e nós, seus narradores, temos o poder e a responsabilidade de criar um futuro mais justo e representativo.

Afinal, como expressa João do Rio (1995), “Oh! sim, as ruas têm alma!”. Assim, a alteração de um nome de rua vai além de uma simples mudança de placa, ela representa uma redefinição de sua “alma” e de sua história, convidando a uma reflexão crítica sobre quem a sociedade decide homenagear.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. The danger of a single story. **TED**, jul. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 07 jul. 2025.

BARBOSA, Jorge Luiz. **Cultura & Território**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BARROS, Heron Luis. **Colonialidade da natureza na taxonomia**: nomenclatura binomial como memorabilia do bolsonarismo. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 48 p. 2022.

BAPTISTA, Daniel. A disputa de memória em espaços da cidade: O nome de uma avenida pode simbolizar conflitos sobre narrativas históricas. **Sextante**: esquecimento, Porto Alegre, mai. 2022. Disponível em: https://www.ufrgs.br/sextante/a-disputa-de-memoria-em-espacos-da-cidade/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 09 jul. 2025.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas** - Volume I: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-233.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAEMON, Flora Côrtes. **Sob o signo da infâmia**: jovens homicidas/suicidas e as estratégias comunicacionais de inscrição post mortem. Tese de doutorado em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 273 p. 2014.

ENNE, Ana Lúcia; NERCOLINI, Marildo José. Narrativas de memória e territórios inventados: A configuração das identidades e dos lugares como processos culturais. **Revista Mídia e Cotidiano**, n. 8, p. 3-24, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. São Paulo: DPeA Editora, 2002.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KAJIMOTO, Natacha; GERBASI, Vinícius Aleixo; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Indivíduo e culturas fragmentadas: a importância da memória na construção de identidades. **Anais do I Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação** – EPIM. Londrina, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, v. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

SOUZA, Ingrid Rocha de; SILVA, Kíria Samantha da. Memória e Disputa em torno de legado de Marielle Franco: a(s) placa(s) como lugar de memória. **Epígrafe**, v. 13, n. 1, p. 126-141, 2024.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ZILBERMAN, Regina. Memória entre oralidade e escrita. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 117-132, 2006.